

O ENSINO PROFISSIONALIZANTE NA IMPERIAL CIDADE DE SÃO PAULO, BRASIL (1823 - 1889)

Lincoln Etchebéhère-Júnior
Sandra Farto Botelho Trufem

Resumo

Constitui objetivo deste trabalho a realização de um resgate histórico no sentido de demonstrar que o Ensino Profissionalizante, hoje significativamente valorizado e discutido, não se configura como novidade na história educacional de nossa província. Desde a época da Imperial Cidade de São Paulo existiram varias iniciativas no sentido de estabelecê-lo, de modo geral com história bem sucedida, de tal modo que alguns deles constituíram-se em embriões de afamadas escolas ou faculdades atuais.

Palavras-chave: ensino profissionalizante; período imperial; província de São Paulo.

VOCATIONAL EDUCATION IN THE IMPERIAL CITY OF SAO PAULO, BRAZIL (1823 - 1889)

Abstract

The objective of this work is the realization of a historical rescue of the Vocational Education, now significantly enhanced and discussed as a novelty in the educational history of our province. Since of the time of the Imperial City of São Paulo, there were several initiatives to establish it, in general with successful history, so that some of them consisted in the embryos of many renowned schools and colleges today.

Keywords: vocational education; the imperial period; the province of Sao Paulo.

EDUCACIÓN PROFESIONAL EN LA CIUDAD IMPERIAL DE SÃO PAULO, BRASIL (1823 - 1889)

Resumen

Objetivo de este trabajo es la realización de un histórico en el sentido de mostrar que la enseñanza profesional, ahora mucho mayor y discutido, no está diseñado como una novedad en la historia educativa de nuestra provincia. Desde la época de la imperial ciudad de São Paulo había varias iniciativas para su creación, en general con

la historia de éxito, por lo que algunos de ellos consistió en embriones de muchas escuelas e universidades de renombre hoy en día.

Palabras clave: formación profesional; la época imperial; la provincia de Sao Paulo.

L'ENSEIGNEMENT PROFESSIONNEL DANS LA VILLE IMPÉRIALE DE SÃO PAULO, BRÉSIL (1823 - 1889)

Résumé

Ce travail prétend montrer que l'Enseignement Professionnel, qui est actuellement si discuté et valorisé, n'est pas une nouveauté dans l'histoire éducationnelle de notre province. Depuis l'époque de la Ville Impériale de São Paulo il y a eu plusieurs initiatives, en général réussies, qui ont cherché à l'établir, à tel point que quelques écoles qui ont adopté ce modèle sont devenues les embryons d'actuelles écoles et facultés célèbres.

Mots-clés: enseignement professionnel; période impériale; province de São Paulo.

Introdução

Constitui objetivo deste trabalho a demonstração de que na Imperial Cidade de São Paulo o ensino profissionalizante existia já no século XIX. No referente ao ensino básico, a Carta Imperial de 15 de outubro de 1827 determinava, em seu artigo 6º que *os professores ensinarão... as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções gerais de geometria,...* e o artigo 12º estabelecia que *... as mestras, ...ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica;*¹... Em complemento, a Lei de 1º de Outubro de 1828 aprovou o *Regimento das Câmaras Municipais do Império*, que no artigo 76 determinava: *Nas Cidades e Vilas, onde não houver Casas de Misericórdia, atentarão principalmente na criação dos Expostos, sua educação, e dos mais órfãos, pobres e desamparados*². Portanto, já se encontra a preocupação em educar a criança sendo que este educar seria prepará-la para sua vida profissional. Nessa época em que as profissões estavam bem delimitadas, meninos e meninas, particularmente os órfãos e os desassistidos, recebiam ensino profissionalizante como alternativa para garantir o seu futuro.

Por outro lado, a Imperial³ Cidade de São Paulo, a partir no século XIX, conheceu modificações importantes, quer no campo econômico, quer no campo sócio-cultural: a cafeicultura, em pleno desenvolvimento pelo Vale do Paraíba e interior da província; a ferrovia, com a criação da São Paulo Railway (S.P.R.); o crescimento da imigração europeia, como mão de obra

¹ Carta Imperial de 15 de outubro de 1827 Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império.

² ALMEIDA, Fernando H. Mendes de (org.). *Constituições do Brasil*. 1963.

³ O decreto Imperial de 17/III/1823 concedeu à cidade de São Paulo, capital da província de São Paulo, o título de Imperial Cidade.

indispensável aos cafezais, mas também com parcela significativa de estrangeiros nas cidades, particularmente, São Paulo, Santos, Itu e Campinas, contribuindo assim para suas transformações.

Paralelamente, novas idéias pululavam na Academia de Direito, criada em 1827, com a existência de reduto de liberais, maçons, livres pensadores, positivistas, republicanos; a imprensa e, por que não afirmar, também o teatro, iniciavam pregações abolicionistas e republicanas; acontecia o aumento de escolas particulares, entre elas o famoso Seminário Episcopal, reduto ultramontano que se opunha à Academia de Direito; o surgimento da educação protestante; os ataques à religião do Estado⁴. Todos esses foram fatores que modificaram a província, particularmente a cidade de São Paulo. Esta deixou de ser um burgo administrativo e estudantil e, de centro tradicional, tornou-se cidade progressista em busca da modernidade.

Outros estabelecimentos de nível superior e nos demais níveis continuaram a surgir no século XIX, porém, já não mais na Imperial Cidade de São Paulo e sim na São Paulo, agora sob a égide republicana. No nível superior tem-se a criação da Escola de Engenharia Mackenzie (1896), o primeiro curso superior particular do Brasil; a Escola Politécnica (1894); a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (1894) e escolas profissionais não superiores, com a Escola Normal Mackenzie, Asilo de Meninas Órfãs N.S. Auxiliadora do Ipiranga, Orfanato Cristóvão Colombo e outros que serão contextualizados em outro trabalho desses autores.

⁴ A religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casa para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo. (Art. 5º da Constituição Imperial, 25 de março de 1824).

Academia de Direito do Largo de São Francisco (1827)

A primeira idéia da criação de uma Faculdade de Direito data de 1823, por iniciativa, em discurso inflamado, do Dr. José Feliciano Fernandes Pinheiro, posteriormente Visconde de São Leopoldo, que se manifestou, a 14 de junho de 1823, na Assembleia Constituinte Brasileira sobre o fato. A petição fora enviada à Comissão de Instrução Pública, aos cuidados do deputado Martim Francisco Ribeiro, que foi seu relator. Em plenário, a proposta foi tumultuada, pois várias eram as províncias desejosas de possuírem a Faculdade e o projeto morreu quando da dissolução da Assembléia Constituinte, em novembro do mesmo ano. A segunda iniciativa de implantação do curso no país aconteceu em 1825, resultando no Decreto Imperial de 11 de agosto de 1827, com a criação da Academia de Ciências Sociais e Jurídicas em Olinda e em São Paulo, sendo seu primeiro diretor, nesta última, o tenente-general Dr. José Arouche de Toledo Rendon.

Em 1.º de março de 1828 houve a abertura e a instalação solene da Academia de Direito, com as presenças do presidente da província, o conselheiro Tomás Xavier Garcia de Almeida, do bispo diocesano, D. Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade, além de funcionários civis, militares, eclesiásticos e grande concurso de povo.

Retrato de época da cidade justifica a necessidade de uma Faculdade de Direito para a cidade, pois,

... em 1836, São Paulo era a localidade mais populosa da província. Tinha boa casaria, bem ordenada, com edifícios de alguma consideração. Tinha população de 21.933 hab., sendo que na província se tinha 362.902 hab. Tínhamos na cidade 8 advogados, 5 médicos, 4 cirurgiões, 7 boticários, 33 sacerdotes, 401 negociantes, 2.199 proprietários de bens rurais e urbanos e 1.099 pessoas sabendo ler e escrever (Müller, 1978 p. XI).

A aula inaugural aconteceu na antiga sacristia do convento dos franciscanos e, finalmente, a academia ocupou todo o convento a partir de 8 de novembro de 1818, cedido voluntariamente pelo provincial dos franciscanos. A Igreja da Ordem Terceira de São Francisco era edifício seu vizinho e, à época, a fachada desta estava bem conservada, o mesmo não se podendo afirmar do interior da Faculdade (Diniz, 1978, p. 55).

O nome de Academia de Direito foi conservado até 1854, quando seus estatutos foram reformados pelos decretos de números 1.134, de 30 de março de 1853; 1.386, de 28 de abril de 1854 e 1.568, de 24 de fevereiro de 1855, mudando a antiga denominação para Faculdade de Direito. A sua biblioteca, composta inicialmente com grande parte das obras pertencentes ao antigo bispo diocesano D. Mateus de Abreu Pereira⁵, era a mesma criada em 1825, como Biblioteca Pública, pelo então presidente da província, Visconde de Congonhas do Campo (Marques, 1980, v I, p. 251-254) que provavelmente influenciaria na criação dos cursos jurídicos.

O curso de Direito tinha duração de cinco anos e no último ano letivo, o curso chegou a contar com 151 alunos. O curso de preparatórios, que funcionava ligado à Faculdade de Direito, compreendia aulas de Latim, Francês, Inglês, História, Geografia, Filosofia, Aritmética, Geometria, Retórica e Poética, tendo sido freqüentado por até 374 estudantes (Godoy 1978, p. 85).

Essa Faculdade de Direito constitui a hoje famosa Faculdade de Direito do Largo São Francisco, referência nacional da educação de bachareis e formadora de inúmeros homens públicos de nosso Estado e do Brasil, como Rui Barbosa, Padre Pires da Mota, Conselheiro Ramalho, Wenceslau Brás, Campos Sales e outros.

⁵ D. Mateus de Abreu Pereira fez sua entrada solene em São Paulo a 31 de março de 1797 e faleceu a 5 de maio de 1824. (Marques, 1980, v I, p.138).

Casa de Correção e Trabalho (1825)-

A Casa de Correção e Trabalho foi criada pelo então presidente da província, Antônio Lucas Moreira Barros, futuro Visconde de Congonhas do Campo, em 1825, numa das salas da Cadeia Pública. O estabelecimento foi instituído ... *com o fim de n'ella cumprirem suas sentenças aquelles a quem a pena de trabalho é imposta (em bastantes casos) no Código Criminal* (Müller, 1978, p. 260). Outro presidente da província, Raphael Tobias de Aguiar⁶, visando o seu melhoramento, transferiu-a para o quartel da Tropa de Primeira Linha, posteriormente ocupado pela Casa do Trem⁷, em 1834, e depois ainda, ocupada com artigos bélicos, e alguns presos condenados a trabalhos. A direção era confiada a um diretor que deveria prestar contas de sua administração, sendo a despesa orçada em 1:800\$000 Reis. Os produtos líquidos dos trabalhos entravam na Receita Provincial.

A lei provincial de 10 de março de 1837, parágrafo 6º. do artigo 1º, autorizou o presidente da província a adquirir um terreno e a despende *o que fosse necessário* para a construção de uma Casa de Correção, e desde aquela época até 1852 consumiu-se na construção do prédio no bairro da Luz, próximo ao Recolhimento da Senhora da Luz, freguesia de Santa Efigênia, com o nome oficial de Penitenciária, popularmente ainda conhecida como *Casa de Correção*.

Em 1852 foi instalada uma escola para sentenciados, sendo o seu primeiro professor o almoxarife do estabelecimento, capitão Joaquim Mariano Galvão Bueno, que, em 1874, passou a desempenhar o cargo de diretor daquela casa.

⁶ Brigadeiro Raphael Tobias de Aguiar governou a província de São Paulo desde 17 de novembro de 1831 a 27 de maio de 1834, e desde 14 de setembro de 1834 a 10 de maio de 1835 (Marques, 1980, v.II, p.191).

⁷ A rua do Trem é a atual rua Anita Garibaldi, próximo ao Palácio da Justiça e a Sé. Seu nome deriva-se da localização nessa rua da casa do trem bélico da guarnição de São Paulo (Martins, 1970, nota de rodapé n. 4 p. 388).

Em 1852, na presidência do Dr. José Tomás Nabuco de Araújo, a Casa de Correção recebeu iluminação a gás hidrogênio (Martins, 1970, p. 459) e em 1879, a iluminação foi substituída por combustores de gás (Martins, 1970, p. 179). Na segunda metade do século XIX era considerado um estabelecimento quase completo graças ao seu diretor, o brigadeiro Francisco Antônio de Oliveira. Sua organização, em 1870, era a seguinte: um diretor, um escrivão, um almoxarife, um capelão, um médico, um professor de primeiras letras, um sacristão, três carcereiros, um ajudante e 16 guardas. No estabelecimento encontravam-se montadas instalações para encadernação, além de oficinas para alfaiate, sapateiro, marceneiro, latoeiro, ferreiro e trançadores de palha para chapéu.

O balanço do número de prisioneiros desde o ano de sua inauguração, em 1849, até o final de 1869 era o seguinte: entraram 533, faleceram 66, saíram 222, 112 foram removidos e 133 ficaram a cumprir pena. A receita neste mesmo ano foi de 43:976\$800 Reis, com despesa de 43:878\$900 e suprimento do tesouro em 28:902\$100 (Marques, 1980, p.166-7).

A Casa de Correção, com o tempo, transformou-se no Complexo Penitenciário do Carandiru, que a partir de 2002 foi desativado, seguindo-se sua implosão, como alternativa para se esquecer o trágico massacre de 111 presos, efetuado pela Polícia Militar do Estado de São Paulo na tentativa de conter a rebelião de 02 de outubro de 1992. A área do Carandiru hoje se encontra reorganizada como Parque da Juventude, inaugurado em setembro de 2003 e ocupando área de 240 mil metros quadrados.

Seminário de Educandas Nossa Senhora da Glória (1825)

O Seminário da Glória fora criado em 08 de junho de 1825, pelo presidente da província, Lucas Antônio Monteiro de

Barros⁸, futuro Barão e Visconde de Congonhas do Campo, tendo como recursos de infraestrutura *boas casas, capella e terras próprias* (Athayde, 1999, p. 107), com o nome original de *Mininas órfãos e educandas de Nossa Senhora da Glória* (Borges, 1980, p. 24). Este estabelecimento tinha sido originalmente residência do bispo diocesano D. Mateus de Abreu Pereira, na então chamada Chácara da Glória, com grande extensão de terras situadas entre os bairros do Cambuci e do Ipiranga. Com a morte de D. Mateus, em 1824 e, de acordo com o Aviso Imperial de 8 de janeiro de 1825, passou a ser ocupado pelo Seminário de Educandas. Contava com espaço para jardim, pomar, pastos e matas, de onde se podia retirar a lenha para venda. Foi o primeiro instituto para educação para meninas órfãs e pobres, principalmente, filhas de militares que serviram à Pátria e morreram como indigentes na guerra do Paraguai (<http://www.crmariocovas.sp.gov.br/neh.php?t=001>, p. 3)

Tinha como finalidade, além de abrigar jovens pobres e/ou órfãs, prepará-las para o magistério das primeiras letras (princípios elementares da Língua Portuguesa e as quatro operações de Aritmética), além de inculcá-lhes princípios da moral cristã e da doutrina do Estado (Moraes, 2000, p. 78). Ou, ainda, quando adultas, ocasião em que obrigatoriamente deveriam deixar o Seminário, poderiam ser encaminhadas a casas de famílias honradas, para a realização das tarefas domésticas.

O presidente da província nomeou como sua primeira diretora dona Elisária Cecília Espínola; Nicolau Batista de Freitas Spinola como administrador externo, além de um capelão, colocando a serviço do educandário dois escravos com morada obrigatória.

⁸ Lucas Antônio Monteiro de Barros, nasceu na Capitania de Minas Gerais em 1768. Estudou em Portugal e voltou ao Brasil, dedicou-se a magistratura, foi o primeiro presidente da Província de São Paulo (1824-1827) (Borges, 1980, p. 17).

Nos primeiros anos de funcionamento, o Seminário sobreviveu na penúria, no isolamento e na sujeira. Contava então com 12 educandas. Em fins de 1833, é referida a precariedade das instalações da Chácara da Glória: os canos de água da cozinha e do tanque de roupas estavam arrebentados; faltavam bancos na *sala de escrever*, de modo que as meninas trabalhavam em pé, apoiadas em uma grande mesa; os dormitórios eram muito pequenos, o que obrigava as educandas a dormirem aos pares na mesma cama. Não se conhecem os motivos exatos para essa situação, mas uma das explicações pode ser o fato de que os diretores do Seminário o administravam como coisa privada. Talvez essa miséria cotidiana tivesse a ver com o componente religioso e ascético da devoção beata, popular, reprimido pelo governo ilustrado (<http://www.crmariocovas.sp.gov.br/neh.php?t=001>, p. 4). Em 1838 contava com 33 educandas (Müller, 1978, p. 262). O imperador D. Pedro I, para sua manutenção, concedeu-lhe 600\$000 contos de reis anuais.

No Relatório de 1874, o presidente da província, Dr. Joaquim Floriano de Godoy, afirma que a instituição não preenchia seus objetivos e opinou pela sua extinção uma vez que funcionava mais como asilo do que escola (Godoy, 1978, p. 85). Relata-nos Athayde que:

Existia ainda a crítica de que às meninas era ensinado "literatura em livros difíceis, em vez de ensinar a coser e bordar," isso nos anos de 1835. Chegando à idade de 18 anos, as meninas deveriam casar-se, o que não era fácil. Não encontrando interessados, a recomendação era a de que fossem entregues as famílias honestas, que deveriam cuidar da órfã, que, em troca, assumiria o papel de criada da casa (Athayde, 1999.p. 108-109).

Entretanto, o Seminário da Glória continuou a educar, com a sua direção entregue às Irmãs de São José de Chambéry⁹, congregação francesa, a pedido do presidente Franco da Rocha ao bispo diocesano, D. Antônio Joaquim de Melo. As irmãs procuraram melhorar o nível intelectual da instituição e muitas de suas alunas tornaram-se professoras na cidade de São Paulo e também damas de companhia da aristocracia paulistana, cumprindo os objetivos para os quais o seminário fora criado.

O antigo Seminário da Glória, lamentavelmente, foi transferido inúmeras vezes de local. Essas transferências ocorreram em 1833, 1844, 1861, 1859, 1862, 1895 e 1896. Por exemplo, em 1833, o Seminário foi transferido para o antigo quartel do 7º Batalhão de Linha, nos arredores de onde se situa a Praça do Correio. Na atualidade, tem-se a Rua do Seminário, que em 1865, era conhecida como Rua do Seminário das Educandas. Hoje, situa-se no bairro do Ipiranga, como uma escola do ensino do oficial do Estado de São Paulo, com o nome de Escola de Primeiro e Segundo Graus Seminário Nossa Senhora da Glória. Estudar a sua história é o mesmo que reportar-se à história da educação do Brasil, no tocante ao ensino profissionalizante (Athayde, 1999, p. 108).

⁹ A Congregação das Irmãs de São José de Chambéry, então Irmãs de São José constituíam vários grupos independentes, originários em 1650 de uma pequena comunidade da cidade de Puy, formada pelo jesuíta padre João Pedro Médaille, considerado seu fundador. A nova congregação desde o início estava destinada a servir a população, espalhando-se pela zona urbana e rural, fundando escolas. Foram expulsas de suas casas no período da Revolução Francesa (1789). Começou a reorganizar-se a partir de 1808, em 1812 estavam na Sabóia e fundaram a Casa Mãe de Chambéry, nela formaram inúmeras missionárias que partindo da França atingiram vários países, inclusive o Brasil, (1858). Em 1859 surgiu o Colégio de Nossa Senhora do Patrocínio de Itu, primeiro colégio para moças da província de São Paulo (Camargo & Passos, 1980, p. 13).

Seminário de Educandos de Sant'Ana (1825)

O Seminário de Educandos de Sant'Ana foi criado na antiga fazenda Sant'Ana dos Jesuítas, confiscada pela Coroa quando da sua expulsão, em 1759. Surgiu juntamente com o Seminário Nossa Senhora da Glória, em 1825. Tinha a finalidade de amparar meninos pobres, principalmente filhos de militares que serviram à Pátria na Guerra do Paraguai e morreram como indigentes, também criado pelo futuro Visconde de Componhas do Campo (Müller, 1978, p. 262). Foi dirigido por frei Joaquim Francisco do Livramento¹⁰ em regime de internato (Athayde, 1999, p. 110). Instalava-se em um edifício velhíssimo e estragado, alugado e sem acomodações para os fins a que se destinava.

Constava do currículo dos educandos: Aritmética, Álgebra, Geometria Descritiva, Zoologia, Física e suas aplicações; Mecânica e suas aplicações; Agrimensura, Desenho Linear, Desenho de Figura, Desenho Geométrico, Desenho de Ornato, de Flores e de Paisagens, Desenho de Máquinas, Desenho de

¹⁰ O irmão Joaquim do Livramento era na verdade irmão terceiro de São Francisco, portanto, leigo. Nasceu na vila de Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis em 1751. Construiu na vila do Desterro com esmolas o Hospital do Menino Deus, inaugurado em 1789, posteriormente, entregue à Irmandade do Senhor dos Passos. Na Bahia fundou em 1808, amparado pelo poder público e generosidade do povo inaugura um seminário para meninos órfãos, denominado posteriormente, Casa Pia e Colégio São Joaquim. Na província do Rio de Janeiro fundou o seminário da Santíssima Trindade de Jacuacanga, posteriormente, transformado em Liceu Provincial em Angra dos Reis, que passou a funcionar no antigo convento de São Bernardino de Sena, extinto em 1858. Conseguiu que o príncipe Regente D. Pedro enviasse como diretor do seminário o padre Viçoso, futuro bispo de Mariana. Na província de São Paulo além instar na fundação dos Seminários de Sant'Ana e Senhora da Glória, foi responsável pelo surgimento de um seminário para meninos em Itu, cujo prédio foi depois ocupado pelos jesuítas e nele instalaram o futuro Colégio São Luis, atualmente, na capital paulista. Faleceu em Marselha em 1829, pois havia ido à Europa a busca de padres para seus institutos. (Silva, 1928, p.291, 294-8,302).

Arquitetura, Caligrafia, Gravura, Pintura, Estatuária, Música, Modelação e Fotografia (http://www.liceuescola.com.br/conteudo_unico.asp?numero_materia=2760301026&id_subitem=421). Havia ainda aulas de primeiras letras, música, oficinas de marceneiro, alfaiate, sapateiro e encadernador. Contava com mais de 100 educandos e as despesas para essas aulas, desde a criação do Instituto, orçavam em cerca de 200 contos de reis (Diniz, 1978, p. 4). Foram criticadas a falta de aulas relacionadas à Agricultura, uma vez que as lavouras eram significativas áreas de atuação para a província de São Paulo. Igualmente criticado era o fato de alguns alunos, às vezes, executarem serviços militares, como guardas de honra em diversas festividades, o que, sem dúvida, constituía um desvio de suas funções.

Além de o Seminário receber órfãos que tinham estada gratuita, havia pensionistas que pagavam pelo ensino. Assim, em 1839 havia pensionistas que pagavam a anualidade de 6\$400; dois deles pagavam 4\$800 e um, 3\$200. A instituição era mal dirigida e os objetos domésticos indispensáveis eram pobres. A dotação provincial nem sempre era suficiente para as despesas, que eram cobertas pelo apoio da população. Os rapazes que concluíam os estudos complementares eram enviados para o Arsenal das Docas da Corte ou para a Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, obrigados a trabalhar para a Nação durante certo tempo, como forma de indenização das despesas feitas (Isau, 2006, p. 80-81).

Os alunos depois de 1857, que se aplicavam nos estudos de primeiras letras, princípio de doutrina cristã e aos hábitos de moralidade, conseguiam empregos como caixeiros. Por volta de 1862 funcionava uma pequena oficina de alfaiataria. Em 1865 os alunos aprendiam ofícios mecânicos e artes, tendo 30 alunos internos e oito externos. Isau, 2006, p. 78)

Em 1865 o seminário foi transformado em *Instituto de Educandos Artífices*, com 32 alunos. Contava com 20 empregados, funcionando em duas oficinas: alfaiataria e marcenaria, mais aulas

de Primeiras Letras, Catecismo, Música Instrumental e Ginástica, com 60 alunos, que chegariam logo aos 100. O corpo dirigente constava de um diretor, um capelão, um médico, professores, mestre alfaiate, serventes e custavam aos cofres provinciais 12:520\$000 contos de réis. Passou a funcionar em três prédios alugados por 230\$000 contos de réis semanais, nas proximidades da Rua do Gasômetro. Havia, porém, reclamações sobre o estado ruinoso dos prédios, sendo insuficientes para a acomodação dos alunos e dos funcionários. Em 1879 o Instituto de Educandos Artífices chegava a 81 educandos. Posteriormente, criaram-se oficinas de encadernação e sapataria, existindo também uma banda marcial composta de 32 alunos (Isau, 2006, p. 79-82). Este Instituto muito contribuiu para a formação dos futuros operários da província.

Gabinete Topográfico (1835)

O Gabinete Topográfico foi criado pela Lei Provincial de 24 de março de 1835, com orçamento para despesas da ordem de 3.200\$000 contos de reis, assim distribuídos: 600\$000 contos de reis ao diretor; 438\$000 contos de reis para gratificação dos alunos; 2.000\$000 contos de reis para compra de livros e instrumentos; 162\$000 contos de reis para o expediente. Iniciou suas atividades com 14 alunos, instalados no antigo Palácio dos Governadores, hoje região do Pátio do Colégio, centro histórico da cidade de São Paulo. Seu objetivo era o de formar pessoas que pudessem profissionalmente aplicar-se nas construções de estradas, que tanto eram necessárias para a província de São Paulo. À época, a província destacava-se com a produção de café e o porto de Santos já se configurava como um dos mais importantes para saída de mercadorias. O transporte das mesmas, no entanto, acontecia por estradas absolutamente precárias, em lombo de burros. Cada besta conseguia carregar entre 120 e 150 kg de mercadoria e, do oeste paulista (região de Rio Claro) até Santos,

demoravam cerca de 10 dias. Uma conta básica mostrava que, por volta de 1860, já depois da criação do Gabinete, foram empregadas cerca de 3.000 mulas para esse transporte, que carregaram cerca de 2.600 toneladas de café (Filimonoff, 2009, p. 29).

Como outros objetivos, tinha a função de arquivar todos os mapas e memórias de projetos condizentes com a sua função. Os alunos deveriam aprender as matemáticas puras, desenhos necessários para estudarem suas aplicações, medições de terrenos, construções de pontes e estradas, conhecimento dos instrumentos que se empregam nas atividades topográficas. Possuía uma pequena biblioteca com obras e instrumentos relativos à topografia. Diante das necessidades do estabelecimento foi sugerida a criação de um auxiliar do diretor (Müller, 1978, p. 261).

O Gabinete Topográfico teve duração curta e atribulada, fechando suas portas em 1838, para reabrir em 1842, então com 23 alunos; voltou a fechar em 1848.

O acesso ao curso do Gabinete Topográfico era aberto a alunos com pelo menos 15 anos, com boa leitura, domínio das quatro operações de aritmética e tradução correta do francês. O curso tinha a duração total de dois anos, sem período de férias, exceto por pontes em alguns feriados religiosos, como semana santa, natal, dia de reis e feriados nacionais, conforme resgate de documentos históricos relatados por Filimonoff (2009, p. 45). A conclusão do curso conferia ao ex-aluno a chamada Carta de Engenheiro de Estradas.

Já em 1837 existiu um projeto de lei de Azevedo Marque, sugerindo o fechamento do Gabinete em função de seus gastos supostamente desnecessários (Filimonoff, 2009, p. 48). O fechamento do Gabinete em 1838 aconteceu em função de problemas com as verbas a ele destinadas, assim como a ausência de instalações adequadas para seu efetivo funcionamento: foram questionadas gratificações de 50\$000 contos de reis destinadas aos

alunos que mais se destacassem no curso, bem como outras gratificações, de até 20\$000 contos de reis mensais, a alunos *desprovidos de fortuna*, porém com dedicação e bom desempenho nos estudos. A falta de instalações físicas adequadas para abrigar a biblioteca e os mapas, além da ausência de equipamentos agravou a situação do Gabinete Topográfico. Nesse meio tempo, no entanto, coube ao Gabinete Topográfico a execução de trabalhos como:

cópias de projetos, mapas, plantas, figurinos de uniformes para todas as vilas, bem como outros desenhos, por ordem de v. EXCIA (brigadeiro Bernardo José Pinto Gavião Peixoto) (Filimonoff, 2006, p. 50),

entretanto, não executaram *a planta da cidade, o projeto de esgotamento do Tamanduateí, o projeto do morro do Carmo, tudo isso por falta de instrumento* (idem, p. 50).

Em 1840 o Gabinete voltou a ser foco das atenções da Assembleia Legislativa, com a propositura de uma lei que permitisse o seu funcionamento, pois a necessidade de construção de estradas continuava a imperar para garantir o progresso da Província e São Paulo. A lei que propunha a sua reativação, no entanto, buscava explicitar as verbas a ele destinadas e as formas de sua aplicação, estabelecendo tetos para as gratificações. Somente em 1842, no entanto, o Gabinete voltou a ser efetivamente reorganizado, com a matrícula de 22 alunos (Filomonof, 2009, p. 54-55).

Em 1844 foi criada na província a Diretoria de Obras Públicas, à qual o Gabinete foi anexado. Em 1848, apenas três alunos prosseguiram os estudos no Gabinete, dando ensejo para que o mesmo fosse definitivamente extinto em 1848.

O Gabinete Topográfico foi o responsável pela construção da Estrada da Maioridade, que substituiu a antiga Calçada do Lorena, que ligava São Paulo a Santos. Coube a ele também a construção da estrada da Graciosa, ligando a portuária

cidade Antonina à Curitiba. Aquela cidade tinha o porto que ligava o litoral ao planalto curitibano e, naquela época, integrava o território paulista, pois a província do Paraná somente foi criada em 1853.

Admite-se que o Gabinete Topográfico tenha sido o embrião da Faculdade de Engenharia Politécnica, criada em 1894, já na República, conforme as palavras de seu primeiro diretor:

... a victoria, hoje alcançada, foi em luta porfiada: porque a idéia que hoje venceu não é nova. Nossos avós tentaram realiza-la. Eles bem avaliavam as grandes vantagens que esta região adviria a divulgação de conhecimentos mathemáticos. Crearam, por isso uma Escola de Engenheiros constructores de estrada, que modestamente denominaram Gabinete Topográfico (Paula Souza, fide Filimonoff, 2009, p. 41).

Escola Normal Provincial (1846) ou A Escola Normal e a Catedral (1846)

A criação de uma escola Normal, específica para a formação de professores para lecionar no ensino fundamental, passou, antes de sua concretização, por várias tentativas. A primeira delas pode ser mencionada quando da Proclamação da Independência do Brasil (1822). A Constituição do Império, promulgada a 25 de março de 1824, determinava, em seu artigo 179, que *a instrução primária era gratuita a todos os cidadãos*. Lembra-se que à época o escravo não era considerado cidadão, não por sua cor, mas por sua condição servil. Tal medida foi confirmada pela Carta Imperial de 15 de outubro de 1827 que mandava criar escolas de primeiras letras para meninos e meninas em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos; ela determinava ainda os vencimentos de mestres e mestras, o

concurso público de ingresso, a vitaliciedade dos cargos, e o conteúdo programático:

os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções gerais de geometria, a gramática da língua nacional e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e História do Brasil¹¹. Quanto às mestras, o texto magno observava as diferenciações de gênero:...além do declarado no art. 6º., com exclusões das noções de geometria e limitado a instrução da Aritmética só as quatro operações, ensinarão também as que servem á economia doméstica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho aquelas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimentos nos exames na forma do art. 7º.¹²

Já antes do Império existiram patriotas que se preocupavam com o ensino, haja vista a Ata das sessões do Governo Provisório de São Paulo, de 20 de setembro de 1821, onde consta que o então deputado e secretário do interior, Cel. Martim Francisco Ribeiro de Andrada, apresentou um memorial advogando a favor da criação de uma escola Normal e da reforma do ensino.

O Ato Adicional de 1834 descentralizou o ensino no Império, cabendo às províncias legislar *sobre instrução pública e estabelecimentos próprios e promovê-las*¹³. Cabia, portanto, às províncias ministrarem o ensino primário e secundário. Fazia-se necessário formar mestres para atender às necessidades da

¹¹ Art. 6º.

¹² Art. 12º.

¹³ Art. 10

educação e o caminho seria criar uma escola normal provincial, como já existia em outras províncias do Império.

Afinal, em 1846, foi apresentado o projeto de criação da Primeira Escola Normal Provincial pelos Dr. João da Silva Carrão e Dr. José Ignácio Silveira da Mota. Tal projeto foi convertido na Lei no. 34 de 16/3/1846, com sua respectiva instalação em 9/11/1846. Lembra-se que esta Escola Normal atendia apenas a alunos homens.

O primeiro professor e diretor da Escola Normal Provincial foi o Dr. Manoel José Chaves, bacharel em direito e professor de Filosofia do Curso Anexo à Faculdade de Direito e Tesoureiro da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Sé (Martins, 1970, p. 32). Nessa Escola Normal, cujas aulas eram oferecidas à tarde, as matérias do programa eram Gramática e Língua Nacional, Aritmética, Religião, Geometria, Caligrafia, Lógica e Métodos e processos de ensino, além de Latim, Teologia Dogmática, Teologia Moral (Bush, s/d, p. 9). O curso se completava em dois anos. O professor tomava uma turma de alunos e lecionava até o final do 2º ano, voltando depois a iniciar nova turma. Em 1847 foi aberta a possibilidade de meninas freqüentarem a escola normal, mas tal não aconteceu, sendo o curso suprimido nove anos depois (Busch, s/d, p. 9).

O curso normal foi desativado em 1867, portanto, 20 anos após a sua criação, tendo formado apenas 40 professores do ensino primário (Busch, 1946, p. 9). Uma das prováveis razões pelo pequeno número de formandos deve-se à Carta Imperial de 15 de outubro de 1827, pois, ela não exigia do candidato ao magistério o certificado de conclusão de curso de professor normalista, mas apenas a sua aprovação perante a banca examinadora, realizada no Palácio do Governo. Eram os chamados *professores de palácio*.

A segunda Escola Normal Provincial foi criada por inspiração do Inspetor Geral de Instrução, Dr. Francisco Aurélio, de acordo com a Lei de 9 de março de 1874, pois permanecia a

necessidade de instruir-se a população da província. Esse curso foi instalado em edifício anexo à Faculdade de Direito e era também de dois anos, contando com dois professores. As mesmas matérias eram lecionadas, acrescidas de Cosmografia e Geografia, História Sagrada, Universal e do Brasil, mais Metódica e Pedagogia, e exercícios práticos nas escolas da capital. A Escola Normal fechou dois anos depois por *deficiência de instalação, de material didático e pela freqüência quase nula* (Busch, op. cit. p. 11).

A terceira Escola Normal Provincial surgiu em 1880, graças aos esforços de um ex-aluno da antiga Escola anterior, Dr. Laurindo Abelardo de Brito, então Presidente da Província, que conseguiu a aprovação da Lei n. 130, de 25 de abril de 1880, que reformava o ensino paulista. Nesse meio tempo, envidaram-se esforços e verbas para a construção de um prédio próprio para abrigá-la. A procura pela população para instruir seus filhos, no entanto, passou a ser significativa, a tal ponto que o presidente da província, Dr. Sebastião Pereira, cheio de apreensões, em seu relatório à Assembléia Provincial manifestava que:

Tão avultado número de alunos é um fato que se impõe à vossa atenção. Se continuar igual freqüência nos anos seguintes, teremos brevemente todo o professorado composto de alunos-mestres; e, tendo estes vencimentos elevados e certas vantagens, absorverão metade da renda da Província, sendo a outra metade insuficiente para as demais necessidades do serviço público (Busch, s/d, p.11).

Apesar da situação da província na qualidade de grande metrópole e de desenvolvimento econômico, havia cidades do interior que lhe faziam sombra no quesito educação, como a vizinha Campinas, onde o número de escolas particulares superava em muito o das escolas oficiais, pois esta contava com cinco escolas oficiais e 14 particulares.

Quando Caetano de Campos assumiu a sua direção, de pronto preocupou-se com a construção de uma sede grandiosa para a formação de mestres, o que só começou a se concretizar já na

República, com o Governador Prudente de Moraes, em 1890, na atual Praça da República. O imponente edifício do antigo Colégio Caetano de Campos conseguiu sobreviver, graças a movimentos populares, a uma demolição para a construção de uma estação do Metro (Estação República) e abriga a administração da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

Seminário Episcopal (1856)

A origem deste instituto prende-se ao bispo D. Antônio Joaquim de Melo¹⁴, que o fez construir no bairro da Luz, defronte ao Jardim Público. Sua criação foi graças às esmolas conseguidas em sua peregrinação por toda a sua diocese, que na época abarcava o que hoje constituem os estados de Minas Gerais, São Paulo e Paraná. Sua construção teve início em 1855, findando em 1860. O instituto era dirigido pelos frades capuchinhos, enviados pelo papa Pio IX, por solicitação do prelado.

O estabelecimento ministrava instrução elementar para aproximadamente 140 alunos, lecionando ainda Teologia Moral e Dogmática, enfim, um curso completo para a carreira eclesiástica e também para a formação de leigos. Muitos sacerdotes oriundos deste seminário foram párocos pela província (Marques, 1980, p.

¹⁴ Antônio Joaquim de Mello, natural de Itu, nascido a 29 de setembro de 1791, sentou praça como soldado em 1799, na Capitania de Minas Gerais, onde começou a aprender as primeiras letras, deu baixa em 1810, regressando a Capitania de São Paulo. Em 1811 rumou a cidade de São Paulo onde iniciou seus eclesiásticos, sendo ordenado presbítero. No exercício do seu ministério era admirado pelas suas virtudes. Um decreto de 1851 o levou à dignidade de bispo de São Paulo, pois o Real Padroado permitia ao imperador indicar o bispo, cuja confirmação dependia da Santa Sé, foi o primeiro bispo paulista Lutou contra um clero liberal e ainda não conveniente educado, daí umas de suas primeiras atitudes foi fundar o Seminário Episcopal de São Paulo. Pelos serviços prestados à Igreja foi nomeado por Pio IX conde romano, prelado e assistente do sôlio pontifício. Faleceu em Itu a 16 de fevereiro de 1861 (Marques, 1980, p. 67-8, 138).

257-8). O seminário tornou-se um núcleo ultramontano e combatia as idéias liberais, cujo reduto era a Academia de Direito. Nela surgiu uma sociedade de estudantes para combater o protestantismo e o liberalismo, cujo líder era Joaquim Nabuco, filho do senador José Thomaz Nabuco de Araújo, grande defensor dos acatólicos. Provavelmente, a sociedade estudantil estava ligada ao Seminário Episcopal. Entre os professores do seminário pode-se citar frei Vital Gonçalves de Oliveira, nomeado Bispo de Olinda e Recife (1871) e responsável pelo surgimento da chamada Questão Religiosa, ocasião em que a Igreja e a Maçonaria entraram em atrito. Num Estado cuja religião oficial era a Católica, dois bispos foram julgados e presos. Tal fato ocasionou o descontentamento da Igreja e o desprestígio da Monarquia.

Atualmente no prédio em que funcionou o Seminário Episcopal instala-se a Igreja de São Cristóvão. O restante do prédio pertence à Mitra Diocesana, que o aluga para o comércio. O Seminário Episcopal, hoje denominado Seminário Arquidiocesano, instala-se à Av. Nazaré, no Bairro do Ipiranga. Lembra-se que o ensino para os leigos era também dirigido pelos capuchinhos que, em 1899, foi entregue aos Irmãos Maristas. Estes, em 1953, inauguraram o atual Colégio Arquidiocesano, à Av. Domingos de Moraes, bairro de Vila Mariana. Os irmãos Maristas são os responsáveis pelos livros da coleção FTD, sigla em honra ao Frère (Irmão) Theophane Durand.

Sociedade Propagadora da Instrução Popular (1873) ou Liceu de Artes e Ofícios

Em 1873, São Paulo era uma pequena cidade, com cerca de 30 mil habitantes. A falta de mão de obra qualificada para as fábricas fez com que um grupo de 131 cidadãos, liderados pelo Conselheiro Leôncio de Carvalho, se reunissem para a criação de uma escola profissionalizante, à época denominada Sociedade Propagadora de Instrução Popular, para atender à demanda das

emergentes indústrias da capital (Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, 1997, p. 57). Lembrar que até então as escolas públicas apenas atendiam às crianças órfãs ou desamparadas. A iniciativa do Liceu era agora a de preparar os filhos de imigrantes europeus que se encontravam na cidade e espalhados pela província em busca de novas oportunidades de trabalho nas tecelagens e outras fábricas da capital, ou nas fazendas do interior. O presidente da província, Domingos Antônio Raiol, Barão de Guajará, (1883-4) afirmava nos relatório que esta

... instituição continuava a prestar relevantes serviços a Província, desenvolvendo largamente o ensino primário e profissional. O curso primário e o grupo de aulas relativo aos ofícios e artes funcionavam com a maior regularidade possível, sendo freqüentadas por mais de 500 alunos. Grande número de cidadãos tem ali aprendido as matérias da instrução primária e se habilitado para os exercícios dos ofícios e artes.

Diante dos bons resultados da instituição o Presidente da Província mandou entregar à diretoria a quantia de quatro contos de réis pela verba da Instrução Pública, seguindo o exemplo de seu antecessor (Isau, 2006, p. 81).

Em 1885 o Liceu de Artes e Ofício contava com 617 alunos, sendo 566 do sexo masculino e 52 do sexo feminino. Possuía um museu pedagógico e sua biblioteca possuía 3.388 volumes e grande número de jornais, franqueados ao público todas as noites. Era presidente da diretoria o Dr. Francisco de Rangel Pestana.

Entre os anos de 1888/1889 chegou a possuir 738 alunos, sendo 468 brasileiros. O acervo da biblioteca aumentou para 4.217 volumes, necessitando novo prédio para suas acomodações (Isaú, 2006, p. 80). Era uma instituição para as chamadas classes laboriosas, necessárias para as fábricas paulistas que já começava a prosperar, e que se instalavam próximas ao Gasômetro, na freguesia do Brás, portanto, do outro lado da

várzea do Carmo, local preferido principalmente pelos imigrantes italianos.

Os alunos eram instrumentalizados no trabalho em marcenaria, calderaria, fundição de bronze e metais finos, assim como em modelação. Passaram pelas aulas do Liceu de Artes e Ofícios (LAO) relevantes figuras de nossa história, como Victor Brecheret, autor do Monumento às Bandeiras, no Parque Ibirapuera. Até hoje as aulas são gratuitas, e o LAO mantém cerca de 1500 alunos (Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, 1993).

O LAO de São Paulo hoje se localiza no bairro da Luz, próximo ao rio Tamanduatei. Sua sede anterior, à Avenida Tiradentes, defronte ao antigo Seminário Episcopal, teve edifício projetado por Ramos de Azevedo e hoje abriga a Pinacoteca do Estado, que periodicamente promove mostras de artistas plásticos de projeção mundial, como Rodin, além de contar com réplicas de esculturas, em gesso, elaboradas por seus alunos, como o David, de Michelangelo, e a Vênus de Milo. Em suas instalações foram produzidas todas as ferragens, lustres e demais ornamentos do Teatro Municipal, fundado em 1911. Os hidrômetros domiciliares foram projetados no LAO, assim como os medidores de gás, tanto domiciliares como industriais (Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, 1993)

Sociedade Protetora da Infância Desvalida (1874)¹⁵ e O Instituto Dona Ana Rosa

Dona Ana Rosa de Araújo faleceu com 82 anos, em 1872, em sua residência situada à rua da Imperatriz, n. 36¹⁶ e deixou grande fortuna para ser aplicada na fundação de um instituto para educar meninos pobres. Ele seria administrado por uma associação denominada Associação Protetora da Infância Desvalida. Era seu testamenteiro o Barão de Sousa Queirós. A nova instituição iniciou suas atividades com dois alunos na chácara do Senador Queirós, freguesia de Santa Efigênia, que conseguiu novos donativos para a instituição, que, afinal, foi fundada a 8 de abril de 1875.

Foi transferido mais tarde para o Convento do Carmo, cedido pelo prior frei Antônio da Virgem Maria Muniz Barreto, que era freqüentado, em 1888, por 102 alunos. Mantinha oficinas para ferreiro e serralheiro, carpintaria, pedreiros, pintores e maquinistas. Estes praticavam em duas máquinas existentes no instituto para beneficiar café e arroz. Seus alunos encontravam bons empregos quando saíam da instituição (Isau, 2006, p. 79).

¹⁵ Em Itu havia um estabelecimento para meninas pobres, mantido por particulares, onde se ensinava *preceitos necessários para instrução d'aquelle sexo, a doutrina Christã, as primeiras letras, e a musica*. O estabelecimento possuía em 1838 17 meninas. (Müller, 1978, p. 262).

Em Casa Branca o juiz de órfãos, por iniciativa própria promoveu com outras pessoas a fundação de escolas agrícolas para receberem os filhos da mulher escrava libertados pela lei de 28 de setembro de 1871 (Lei do Ventre Livre). Funcionavam sete estabelecimentos, que são denominados N.S. da Conceição, Cônego Vitorino, Santa Rita, São José, Dores, Santa Iria e Santa Inocência (Godoy, 1978, p. 87).

¹⁶ Neste prédio funcionou o jornal *O Federalista*, órgão do Partido Liberal.

No início do século XX funcionava em um grande edifício, situado no bairro Vila Mariana¹⁷, sendo seu diretor Dionísio Caio da Fonseca, que, em 1881, possuía um colégio de instrução primária e secundária situado na cidade de São João do Rio Claro (Martins, 1970, p. 52; 432-3). O largo Ana Rosa, no bairro de Vila Mariana, detém o nome em homenagem à essa mulher. Atualmente, o Instituto Ana Rosa é dirigido pela 5ª geração dos descendentes do Barão de Souza Queiroz e atende a alunos de Educação Infantil e Adolescentes. Situa-se à Rua Canio Rizzo, n.º. 100, no bairro da Vila Sônia, São Paulo.

Escolas Profissionais Salesianas (1882)

A Congregação de São Francisco de Sales surgiu no século XIX em Turim, Itália, fundada pelo padre João Bosco, popularmente conhecido por dom Bosco¹⁸ e cujos membros são conhecidos por salesianos, objetivando a educação religiosa e a profissionalizante, pois naquele período a industrialização já atingira a Itália. Neste mesmo período, Monsenhor Scalabrini fundava a Congregação de São Carlos Borromeu, dirigida pelos scalabrinianos ou carlistas, que buscavam oferecer amparo espiritual e profissional aos imigrantes italianos que se dirigiram às Américas e à Austrália¹⁹.

¹⁷ As instalações do instituto funcionaram na Rua Vergueiro e Largo de Dona Ana Rosa, neste largo está situada a estação do metrô Ana Rosa. A instituição, atualmente na periferia da cidade de São Paulo.

¹⁸ Na Itália o título de dom é dado aos padres paroquiais, diferente no Brasil que é dado aos bispos e arcebispos, herança da Monarquia, cujo título de dom era reservado ao imperador, membros da família imperial e aos bispos e arcebispos.

¹⁹ Em São Paulo, final do século XIX, portanto, já no regime republicano, o padre Marchetti, auxiliado pelo futuro conde papalino Vicente de Azevedo, erigiu o Orfanato Cristóvão Colombo, destinado a filhos de imigrantes italianos, onde além do ensino religioso, havia o profissionalizante.

Em São Paulo os salesianos estabeleceram-se no antigo Campo Redondo, futuro bairro aristocrático dos Campos Elísios, onde fundaram uma capela dedicada ao Coração de Jesus e junto a ela, o Liceu Coração de Jesus, este criado em novembro de 1883.

Em agosto de 1885, iniciaram-se as aulas de catecismo e música vocal com 80 alunos. No ano seguinte, abriram-se as aulas do curso primário para alunos internos e externos. O conteúdo programático era Português, Aritmética, Geografia, Francês, Italiano, Desenho (Geométrico e Decorativo), Caligrafia, Declamação, Música e Religião.

Os alunos internos estavam divididos em oficinas de alfaiataria, marcenaria, encadernação, douração, sapataria e pedreiro. Projetava-se criar novas oficinas, como tipografia. O corpo discente era composto por 26 alunos internos e 54 externos e o corpo docente, por sete professores. O prédio estava em construção e, após o seu término, poderia abrigar 160 alunos.

Em 1888, os alunos internos alcançaram o número de 62, quase todos órfãos, e os externos chegaram a 1.235. Quanto ao comparecimento ao catecismo dominical e dias santificados a frequência alcançava a 400 alunos. Quando as obras estivessem concluídas, o liceu poderia receber 100 oficiais e 350 estudantes. Este trabalho deveu-se ao labor dos salesianos, ao apoio do governo provincial e às esmolas da população. Em 1888 a classe de música possuía 43 instrumentos e a tipografia estava prestes a inaugurar-se. Partindo dos Campos Elíseos os salesianos procuraram os bairros operários que surgiam além da Várzea do Carmo, na Freguesia do Brás, onde era numerosa a população de origem italiana (Isau, 2006, p.80-81).

As oficinas salesianas continuaram com as adaptações necessárias ao funcionamento na cidade e Estado de São Paulo, e o surgimento deste ensino profissionalizante fez surgir uma nova classe social, a estudantil, que, juntamente com os antigos estudantes da Academia, iriam contribuir para o crescimento da metrópole paulista. Eles, juntamente, com os estudantes de

primeiro e segundo graus de escolas oficiais e particulares, davam novo colorido à Imperial Cidade de São Paulo, incrementando mudanças de hábitos, pois, após as aulas rumavam para os armazéns de secos e molhados onde compravam as gostosas bebidas *Caramuru* e *Gengibirra*, ou rumavam para as padarias em busca de saborosos sequilhos doces ou Tarecos, que se vendiam por 40 reis ou uma *pataca*. Diga-se que a denominação Tarecos desgostava os proprietários das padarias que passavam descompostura nos estudantes ao ouvir a referida palavra, ocasionando gritarias e vassouradas entre os meninos e os proprietários.

Era a *Caramuru* uma bebida feita de milho socado, gengibre, açúcar mascavo e água, em infusão num pote, pelo espaço de oito dias que, depois de coada, era vendida. A *Gengibirra* era feita de farinha de milho, gengibre, casca de limão e água, ficando também em infusão por alguns dias, sendo vendida por 80 réis, isto é, duas *patacas*, cada meia garrafa ou botija louçada, que anteriormente, servia para a garrafa de cerveja inglesa. As rolhas das garrafas eram estouradas quando abertas (Martins, 1970, p. 312-3). Os jovens estudantes faziam suas algazaras durante o dia, deixando as folias noturnas para *os meninos da São Francisco*, que as praticavam desde o início dos cursos jurídicos (1828) na Imperial Cidade de São Paulo.

Ensino Médico (1803)

Embora o Ensino Médico na Província de São Paulo tenha tido suas origens antes desta cidade ser declarada como Imperial, esta modalidade de curso profissionalizante transcorreu durante o período que abarca o presente arrazoado, o que justifica breves comentários sobre esse tema. Assim, recorda-se que a situação médica na cidade de São Paulo era muito precária, como igualmente em outras localidades do Brasil de outrora.

No período jesuítico, São Paulo servia-se da botica do Colégio, principalmente, nos períodos de epidemia, como a varíola (1732), ocasião em que a dita botica recebeu o título de *Officina Charitatis* (Giffoni, 1970, p. 10,28). A situação sanitária permaneceu precária durante longos anos, mesmo porque os médicos disponíveis apenas se concentravam no Hospital Militar e na Santa Casa de Misericórdia.

Tal situação levou o governador da capitania de São Paulo, Franca e Horta²⁰, em 1803, permitir que fossem ministrados, no Hospital Militar, aulas de cirurgia *que Ernesto de Souza Campos supõe tratar-se, pela primeira vez no país de germe de uma escola de medicina!* (Giffoni, 1970, p. 14). Os alunos de então foram orientados pelo físico Mariano José do Amaral e seis deles receberam diploma no Palácio do Governo.

Já em 1888 reuniram-se 70 médicos residentes na Imperial Cidade de São Paulo, presididos pelo Dr. Antônio Pinheiro de Ulhôa Cintra, Barão de Jaguará, e fundaram a primeira sociedade científica da província, a *Sociedade Médico-Cirúrgica de São Paulo*, que perdurou até 1891. Entretanto, a Faculdade de Medicina, instalada inicialmente, no prédio da

²⁰ Antônio José da Franca e Horta, foi governador da Capitania de São Paulo de 1802 a 1811, provedor da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, criou o Hospital dos Lázaros da mesma cidade, instalado no bairro da Luz, então periferia da cidade, desapropriado em 1901. Nele existiu a capelinha de Santa Cruz dos Lázaros, na atual Rua de São Lázaro, próximo ao Tamanduatei. Ele foi auxiliado em suas obras por sua esposa dona Luiza Catharina Ghilbert de Miranda, que apelou ao Príncipe Regente Dom João, futuro Dom João VI, para funcionar na antiga fazenda Sant'Ana, desapropriada aos jesuítas, uma Roda de Expostos *por se salvarem tantas vidas quantas todos os dias se vêem aparecer (ou percer) naquela Cidade, por falta de hum socorro* (MESGRAVIS, Laima, p. 414). Foi, nomeado, posteriormente, Vice-rei das Índias. O Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Capim Mimoso foi elevada a vila com o nome de Nossa Senhora da Conceição da Franca del Rey, em sua honra, atual Franca. Construiu pontes e estradas na capitania e trouxe consigo o engenheiro Daniel Pedro Muller.

Santa Casa de Misericórdia, surgiu com o Dr. Arnaldo de Carvalho, no início do século XX.

Conclusões

Este trabalho demonstra que, ainda no período Imperial do Brasil, particularmente a Província de São Paulo, havia a preocupação com o ensino profissionalizante, não sendo este, portanto, criação e necessidade apenas do final do século XX. Tal tipo de educação tornou-se premente em função, dentre outros aspectos, do avanço da lavoura cafeeira; da população da província, que crescia significativamente; e também em função de uma elite esclarecida, que pregava a igualdade de condições para todos, ao mesmo tempo em que advogava a favor do abolicionismo e da república.

Fontes

<http://www.crmariocovas.sp.gov.br/neh.php?t=001>. Seminário das Educandas. Acesso em abril/2010

http://www.liceuescola.com.br/conteudo_unico.asp?numero_materia=2760301026&id_subitem=421 acesso em abril/2010

Referências

ALMEIDA, Fernando H. Mendes de (org.). *Constituições do Brasil*. São Paulo, Saraiva, 1963.

ATHAYDE, Jorge Clovis de. *Santa Ifigênia*, História dos Bairros, vol. 23, São Paulo, Departamento do Patrimônio Histórico. 1999.

BORGES, Wanda Rosa. *A profissionalização feminina: uma experiência no ensino público*. São Paulo, Edições Loyola. 1980.

BUSCH, Reynaldo Kuntz. *Evolução e organização atual do ensino normal em São Paulo*, p.9-11 IN Salvador Rocco, Clotilde Celina Kleiber, Reynaldo Kuntz Busch, Iracema Marques da Silveira, Miguel Milano, Vicente Peixoto, Horacio Quaglio (org.). São Paulo, Polianteia Comemorativa 1846-1946, s/d.

CAMARGO, C.M & PASSOS, I. Y. M. *O Colégio São José da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo*. Crônica Comemorativa do 1º. Centenário. São Paulo, Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, 1980.

DINIZ, Firmo de Albuquerque (Junius). *Notas de viagem*. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo. (Coleção Paulística, vol. 5). 1978. 1ª. Edição publicada em 1882. p 55.

FILOMONOFF, Nicolai. *O gabinete Topográfico: precursor no ensino da Engenharia em São Paulo*. São Paulo, Terceira Margem, 2009.

GIFFONI, O. Carneiro. *A Medicina em São Paulo* (Século XVIII – XIX). São Paulo, 1970.

GODOY, J. F. *A província de São Paulo Trabalho Estatístico, Histórico e Noticioso*. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, 1978 (trabalho original de 1875).

ISAÚ, Manoel. *A instrução pública e as instituições escolares da província de São Paulo, segundo os relatórios dos presidentes da Província de São Paulo (1835-1880): considerações pontuais*. Revista HISTEDBR On-line, 22: 71 – 92. 2006

LICEU DE ARTES E OFICOS DE SÃO PAULO: 120 ANOS DE FUNDAÇÃO. São Paulo, Conselho Superior do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, (1993). 1997.

MARQUES, M. E. de Azevedo. *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo*: seguidos da cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da Capitania de São Vicente até o ano de 1876/coligidos por Manuel Eufrásio de Azevedo Marques e publicados por deliberação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Belo Horizonte, Editora Itatiaia; São Paulo, EDUSP. TOMO 1º. 1980.

MARTINS, Antonio Egydio. *São Paulo Antigo (1554-1910)*. São Paulo, Livraria Francisco Alves. 1970.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. *A normatização da pobreza: crianças abandonadas e crianças infratoras*. Revista Brasileira de Educação, Set/Out/Nov/Dez 2000 N° 15.

MÜLLER, P. D. *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo, ordenado pelas leis provinciales de 11 de Abril de 1836, e 10 de Março de 1837*. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, 1978.

SILVA, Manoel E. A. *Brasileiros heroes da fé*. São Paulo, Escolas Profissionais Salesianas do Lyceu Coração de Jesus. 1928.

Lincoln Etchebéhère-Júnior é Historiador; Professor Titular do curso de Pós Graduação em Educação, Administração e Comunicação do Mestrado Interdisciplinar da Universidade São Marcos, campus Tatuapé, São Paulo, SP. E-mail lincoln.e.jr@hotmail.com

Sandra Farto Botelho Trufem é Bióloga. Professora Titular do curso de Pós Graduação em Educação, Administração e Comunicação do Mestrado Interdisciplinar da Universidade São Marcos, campus Tatuapé, São Paulo, SP. E-mail sandratrufem@ig.com.br

Recebido em: 24/05/2010

Aceito em: 20/09/2010